

Empreguismo irá a julgamento no dia da eleição

Villas-Bôas Corrêa

O indecoroso nepotismo que mancha o escândalo do inchaço do quadro de funcionários do Congresso como nódoa que atinge a atividade política —, afinal solidária no comprometimento com frente ampla que vai de uma ponta a outra do leque partidário e ideológico, juntando no mesmo saco podre o PMDB e o PT, o PFL e o PDT — não é um episódio que se esgote nas desculpas esfarrapadas de sempre ou nas cínicas promessas de apuração.

Nas circunstâncias, vésperas da campanha sucessória e caindo como gota na secura da sociedade decepcionada e descrente, promete influir, em medida que não pode ser antecipadamente avaliada, na sucessão presidencial.

Desde logo, salta a evidência que a candidatura do doutor Ulysses Guimarães recebeu o impacto de torpedo no casco. É claro que ele não está diretamente envolvido na cadeia de nomeações de parentes para sinecuras muito bem pagas. O doutor Ulysses é um homem de bem.

Ná dança, todavia, entram o candidato e seu partido. Ambos com responsabilidades nítidas e indistiguíveis na vergonha. O PMDB está até o gôgo, como bancada majoritária, no bingo das irregularidades repulsivas da malversação das verbas do Legislativo para brindar esposa, filhos, sobrinhos, tios, genros, nora - toda a parentada - com cargos generosamente gratificados com o dinheiro dos outros.

Rombo — Mas, se o presidente do PMDB fica em situação incômoda, o ex-presidente da Câmara não tem como driblar a convivência pelo silêncio e a omissão com uma situação vexatória e que há muito era do conhecimento público: faltava a lista, possivelmente incompleta, dos deputados e senadores doadores de empregos legislativos e dos felizardos contemplados com contracheques mensais — sem a maçada da contrapartida de qualquer trabalho —, para caracterizar laços familiares e permitir a avaliação do rombo no erário e do vulto das patifarias.

Daqui por diante o candidato Ulysses Guimarães não escapará de perguntas provocadoras sobre o escândalo do empreguismo e do nepotismo na Câmara sob a sua presidência e o controle do seu partido em qualquer entrevista a que se exponha. Fica fácil avaliar os constrangimentos



que o aguardam nos debates com outros candidatos. E se é verdade que nenhum partido pode exibir-se sem salpicos da lama, o PMDB é o grande responsável e seu candidato natural verga sob o peso de carga dobrada.

A repercussão não estanca no doutor Ulysses ou no PMDB corroído pelo cupim das divergências e contradições. Vai mais longe.

De imediato acrescenta argumento forte, no tom de denúncia, à campanha contra os chamados avanços sociais da Constituição. Pois o Congresso está com sua autoridade sob suspeita para deliberar sobre demissões no serviço público: quem não consegue organizar a própria casa não pode dar palpites na arrumação do vizinho.

A estabilidade aos cinco anos de serviço, uma conquista do funcionalismo público que vinha sendo questionada pelos excessos do grevismo, descobre-se na vulnerabilidade de situações não apenas economicamente insustentáveis mas sem respaldo moral.

Senado e Câmara Federal parecem empenhados em redimir a Câmara Municipal do Rio. Com uma diferença a favor da Gaiola de Ouro: ainda não se conhece a Regina Gordilho de Brasília. E até muito pelo contrário...

A desmoralização galopante do Legislativo em todos os níveis, com a sucessão de irregularidades que estouram todos os dias soma-se a falência fraudulenta do Estado. Certamente não é uma boa receita para o último estágio do processo de transição democrática.

Roupa suja — Pois a transição terá que segurar mais essa. A Câmara que o doutor Ulysses condecorou com a pompa do adjetivo de Inocorrupção na eloquente emoção do discurso de despedida da presidência, exhibe a roupa suja que não soube ou não quis lavar em casa. Não é lisonjeira a situação do Senado que tem idade para se dar ao respeito. Assembleias estaduais e câmaras municipais, por todo o país, demonstram que seguem o exemplo de cima.

Legislativo desmoralizado é convite ao golpe. Fardado, em nome da restauração moral e dos bons costumes.

É assim que começa. Sempre, com suas variantes.

Agora, há menos de nove meses da rodada provavelmente classificatória da sucessão presidencial, o golpe terá que esperar.

A sucessão enche o ano, absorve escândalos, canalizando-os para o escoadouro da campanha. O debate areja o país, dissipa pessimismo, espalha novas esperanças.

A exigência de maioria absoluta para a eleição presidencial imprimirá à autoridade do futuro presidente legitimidade acima de qualquer contestação.

Salvo um acidente mais grave no final do percurso, a transição parece garantida. Apesar de tudo: da degradação do Congresso e dos partidos, enfim unidos e solidários no mutirão pela desmoralização da democracia, com o PMDB puxando a fila da convergência ideológica.